

**Responsible Editor:** Maria Dolores Sánchez-Fernández, Ph.D.

**Associate Editor:** Manuel Portugal Ferreira, Ph.D.

**Evaluation Process:** Double Blind Review pelo SEER/OJS

## CARTOGRAFIA SOCIAL NAS NARRATIVAS DOS TERRITÓRIOS: O CASO DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA LEGAL

<sup>1</sup> Edson Modesto Araujo junior

### Resumo

**Objetivo do estudo:** O objetivo deste artigo é compreender de que forma a cartografia social pode ser utilizada nas narrativas dos territórios urbanos. Para atingir este objetivo, aprofunda-se o marco-teórico do estudo, caracteriza-se a realidade dos ribeirinhos na Amazônia Legal, descreve-se o uso da cartografia social na comunidade investigada e averigua as narrativas colocadas na construção da cartografia social do território.

**Metodologia/abordagem:** Estudo de caso em uma comunidade ribeirinha na Amazônia Legal, Brasil, em 2018 e pesquisa atualizada em 2020. O estudo contemplou as seguintes fases: 1) seleção da comunidade a ser feito o mapeamento sugerido; 2) contato com os líderes da comunidade para marcar dois encontros na produção da cartografia; destacando que esses líderes foram escolhidos a partir da faixa etária e campo social inserido; 3) produção coletiva da cartografia social; 4) demarcação, via GPS, a localidade sugerida no mapa pelos líderes da comunidade; 5) organização, catalogação e impressão da cartografia social gerada; e, 6) análise dos resultados e conclusões

**Originalidade/Relevância:** A memória é construída por meio da materialização da história vivida na medida em que a construção da cartografia social é elaborada pela própria comunidade duas conduções pontuais se sucedem. Assim, este é um estudo original na medida em que propõem a aplicação da cartografia em ambientes urbanos.

**Principais resultados:** Na medida em que território se torna palco de conflitos devido às relações entre os atores sociais, a cartografia social vem auxiliar as comunidades na manutenção de identidades culturais. A cartografia identificou dois tipos de memórias. A primeira trata do reconhecimento do território da comunidade a partir das suas narrativas "oficiais" daquelas transcritas e reproduzidas pelos atores políticos do Estado-Nação. A segunda, a partir da experiência vivida naquele território na medida em que a construção desses mapas se sucedem e se nota a coexistência de duas percepções de um território sobreposto do mesmo espaço: uma posta e, outra, vivida.

**Contribuições teóricas/metodológicas:** Refere-se a aplicação da cartografia social no ambiente urbano para compreender suas narrativas.

**Palavras-chave:** Cartografia social. Territórios urbanos. Território vivido. Narrativas. Apropriação simbólica.

Received on December 31th, 2019

Approved on March 07th, 2020

(APA)

Araujo junior, E. (2020). Cartografia Social nas Narrativas dos Territórios: O Caso das Populações Ribeirinhas na Amazônia Legal. *International Journal of Professional Business Review (JPBReview)*, 5(2), 153-162.

<http://www.openaccessojs.com/JBReview/article/view/173>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Rondônia -UNIR, Rondônia, (Brasil). E-mail [modesto@unir.br](mailto:modesto@unir.br) Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-1366-0273>

## SOCIAL CARTOGRAPHY IN THE NARRATIVES OF TERRITORIES: THE CASE OF RIVERINE POPULATIONS IN THE LEGAL AMAZON

### Abstract

**Objective of the study:** The objective of this article is to understand how social cartography can be used in the narratives of urban territories. To reach this objective, the study's framework is deepened, the reality of the riverside communities in the Legal Amazon is characterized, the use of social cartography in the investigated community is described, and the narratives placed in the construction of social cartography of the territory are verified.

**Methodology/approach:** Case study in a riverine community in Legal Amazon, Brazil, in 2018 and updated research in 2020. The study contemplated the following phases: 1) selection of the community to be mapped; 2) contact with community leaders to schedule two meetings in the cartography production; highlighting that these leaders were chosen from the age group and social field inserted; 3) collective production of social cartography; 4) demarcation, via GPS, of the location suggested on the map by the community leaders; 5) organization, cataloguing and printing of the social cartography generated; and, 6) analysis of results and conclusions

**Originality/Relevance:** Memory is built through the materialization of lived history as the construction of social cartography is elaborated by the community itself two punctual conductions succeed each other. Thus, this is an original study as they propose the application of cartography in urban environments.

**Main results:** As territory becomes the stage of conflicts due to the relationships between social actors, social cartography helps communities to maintain cultural identities. Cartography has identified two types of memories. The first deals with the recognition of community territory from its "official" narratives of those transcribed and reproduced by political actors of the nation state. The second, based on the experience lived in that territory as the construction of these maps succeeds and one notices the coexistence of two perceptions of a superimposed territory of the same space: one posed and the other lived.

**Theoretical/methodological contributions:** Refers to the application of social cartography in the urban environment to understand its narratives.

**Keywords:** Social cartography. Urban territories. Lived territory. Urban narratives. Symbolic appropriation.

## 1 INTRODUÇÃO

O mapeamento vai além do mero levantamento geográfico de espaços socioespaciais. Os mapas elaborados podem gerar melhorias na construção dos direitos adquiridos de uma comunidade. A esse mapeamento se dá o nome de cartografia social (Moore & Garzón, 2010). Na medida em que território se torna palco de conflitos devido às relações entre os atores sociais, a cartografia social vem auxiliar as comunidades na manutenção de identidades culturais.

A problematização abarca questões, como: defesa de direitos humanos em comunidades mais vulneráveis e periféricas (Antunes, 2012), às relações de poder incutidas no território vivido (Raffestin, 1993) e na apropriação simbólica territorial (Haesbaert, 2004; Méo, 2001), bem como a construção de identidades e memórias (Ricoeur, 1994), da narrativa do próprio lugar e relação com as pessoas que ali vivem (Pollak, 1992) e territórios inventados (Enne & Nercolini, 2016).

A pergunta-problema trata de que forma a cartografia social pode ser utilizada nas narrativas dos territórios urbanos?

O objetivo é compreender de que forma a cartografia social pode ser utilizada nas narrativas dos territórios urbanos. Para atingir este objetivo, aprofunda-se o marco-teórico do estudo, caracteriza-se a realidade dos ribeirinhos na Amazônia Legal, descreve-se o uso da cartografia social na comunidade investigada e averigua as narrativas colocadas na construção da cartografia social do território.

Justifica-se este estudo no uso da cartografia social como ferramenta de legitimação no espaço vivido de comunidades. Na tessitura narrativa, configuram-se as identidades e as alteridades, na espiral de pré-figurações, configurações e re-figurações, destacando que a memória nunca é pura ou estanque (Ricoeur, 1994). Assim, a memória proporciona uma visão retrospectiva parcialmente organizada (Velho, 1994).

Compreende-se ainda que a discussão sobre cartografia social adentra os âmbitos do Desenvolvimento Territorial, discurso dos atores sociais, territórios vividos, bem como a identidade territorial e cultural, estendendo-se ao contexto urbano.

Este estudo está estruturado em cinco seções. O tema está na seção introdutória, seguida da fundamentação teórica em que é aprofundado o marco teórico. Na sequência é apresentada a metodologia e descrito o estudo de caso na comunidade investigada. Na seção seguinte são discutidos os resultados e apresentadas as análises e, por fim, as considerações finais.

## 2 TERRITÓRIOS URBANOS E ESPAÇOS VIVIDOS: AS NARRATIVAS E APROPRIAÇÕES DOS ATORES SOCIAIS

Compreende-se o conceito de território na perspectiva de Raffestin (1993) como um espaço produzido e delimitado por seus atores sociais em que são geradas diversas relações, como acordos, parcerias, conflitos, inclusões e exclusões. O território abarca diversos grupos sociais que possuem narrativas distintas, mas que o conjunto da diversidade de atores sociais compõem e desenvolvem uma dado território. O território urbano parte da memória de seus habitantes e da vida na cidade, de forma a erguer narrativas urbanas, apreendendo seu contexto histórico-social e sobreposições temporais (Eckert, 1992).

Raffestin (1993) chama de território vivido enquanto Pecqueur (2009) denomina de espaço vivido a forma como os grupos vivem e convivem entre si. Essa convivência leva à narrativas e memórias coletivas. As narrativas dos atores propiciam a narrativa do próprio território, porém com perspectivas diferentes que são a partir do espaço vivido (Pecqueur, 2009). Ao mesmo tempo, a narrativa valoriza a identificação dos grupos com seu passado na enunciação de um ato discursivo (Diaz, 1999). Os interpretantes das narrativas passam a serem os protagonistas de histórias sobre si e o território vivido (Raffestin, 1993), gerando sobreposição de territórios (Pecqueur, 2009) e uma identidade narrativa (Ricoeur, 1994).

Essa narrativa singular leva à ideia de “sujeitos centrais” que interpretam a sua posição em relação às demais visões de mundo conjunto de atores com os quais convivem (Ricoeur, 1994). Tornam-se protagonistas na construção do próprio espaço vivido, levando a relações de inclusão e exclusão (Raffestin, 1993), bem como a memórias coletivas (Eckert, 1992). Essas memórias configuram e se engendram no sentimento de pertencimento (Hall, 2001). É ainda uma forma de apropriação simbólica

do espaço produzido pelos atores sociais (Haesbaert, 2004).

## 2.1 Cartografia social: desafios e oportunidades

A cartografia social é uma ferramenta de instrumentalização que elabora o conhecimento simbólico, cultural e popular, conduzido pelos preceitos da coletividade de modo a manifestar seus desejos e anseios (Gorayeb & Meireles, 2015). Compreendida também como instrumento de planejamento e transformação social, a cartografia social é utilizada a partir de uma ação-participativa com senso de desenvolvimento social comunitário (Alberdi, 2012). Nesse sentido, a cartografia pode ser utilizada como instrumento técnico no processo de discussão das comunidades, caso a sua elaboração esteja associada a métodos participativos (Barcelos, 2008).

No entanto, embora os benefícios que possa trazer, em especial aos grupos mais vulneráveis, este método vai de encontro com os interesses de grupos hegemônicos. O confronto se dá quando é evidenciada a legitimidade do georreferenciamento a partir dos dados coletados manual e narrativamente por essas comunidades periféricas. Esses dados são posteriormente transformados em informações territoriais que buscam refletir o interesse comunitário de grupos mais fragilizados. Desta forma, torna-se uma instrumento estratégico que incorpora aos território elementos narrados pelos atores sociais (Goldstein, 2012). Intervir na construção do território por meio da cartografia social significa “certificar” as decisões relacionadas ao planejamento territorial e suas negociações, sobretudo, ao papel dos atores locais em uma perspectiva simbólica, abstrata da realidade local (Milagres et al, 2011). “As representações do território aliadas ao imaginário cartográfico passaram, assim, a recortar a realidade para descrevê-la, defini-la e, simbolicamente, possuí-la” (Ascelrad & Coli, 2008, p. 34). Por este ângulo, a cartografia social serve com ferramenta de legitimidade para grupos minoritários e periféricos, adentrando relações de poder.

O território brasileiro no uso da cartografia social é significativo e recorrente. Destaca-se que foi na região amazônica brasileira que surgiram os primeiros trabalhos de mapeamento participativo em prol de comunidades mais vulneráveis. Tal

experiência tem se expandido para outras regiões, como estratégia para firmar direitos territoriais dos povos locais (Goraybe & Meireles, 2015).

## 3 METODOLOGIA

### 3.1 Procedimentos metodológicos

Assim, este estudo se vale do método um estudo de caso (Yin, 2015) em uma comunidade de ribeirinhos na região da Amazônia Legal, Brasil. O estudo de caso busca o aprofundamento de um fenômeno social com certas particularidades. É uma pesquisa qualitativa e explicativa (Gil, 2002) que investiga os usos da cartografia social em contextos diferentes, incluindo o urbano. Utiliza-se da pesquisa bibliográfica para debater os conceitos do arcabouço teórico investigado. O estudo é limitado à comunidade dos ribeirinhos, na Amazônia Legal, compreendendo-as como comunidades fragilizadas e periféricas.

Vale-se da pesquisa de mapeamento participativo ao utilizar a cartografia social para integrar o processo de planejamento e manejo de territórios numa perspectiva participativa, estabelecendo ligação entre os grupos sociais com o seu território (Ascelrad & Coli, 2008).

Entre as técnicas utilizadas está o mapeamento participativo que possibilita reivindicações de uma determinada comunidade sobre um território e seus recursos naturais. O processo de construção e interpretação por distintos grupos sociais de forma participativa leva à elaborações simbólicas-visuais (Boynard, 2010; 2011).

O estudo contemplou as seguintes fases: 1) seleção da comunidade a ser feito o mapeamento sugerido; 2) contato com os líderes da comunidade para marcar dois encontros na produção da cartografia; destacando que esses líderes foram escolhidos a partir da faixa etária e campo social inserido; 3) produção coletiva da cartografia social; 4) demarcação, via GPS, a localidade sugerida no mapa pelos líderes da comunidade; 5) organização, catalogação e impressão da cartografia social gerada; e, 6) análise dos resultados e conclusões.

O período de desenvolvimento da pesquisa foi durante o mês de maio de 2018 e teve a duração de dez dias junto à comunidade investigada.

### 3.2 Ribeirinhos e comunidades periféricas na Amazônia Legal: caracterização

São chamados de ribeirinhos os indivíduos que vivem e constroem suas comunidades ao longo das margens dos rios. É do rio que advém seus recursos para subsistência, sendo estes responsáveis pela sustentabilidade deste recurso ambiental que provê a sustentabilidade desta comunidade. Da mesma forma que nos grandes conglomerados populacionais, seja em áreas mais afastadas como também zonas periféricas de grandes centros urbanos, as comunidades ribeirinhas vivem às margens de uma sociedade que visa a priorização do espaço público central urbano. É uma comunidade que está localizada geograficamente longe do centro urbano-local, como muitas, por exemplo, os aglomerados subnormais no Brasil (favelas). São realidades consequentes da distribuição irregular de renda e do *déficit* habitacional no país e geralmente são extremamente pobres e sofrem com as poluições dos rios e esgoto. A comunidade ribeirinha vivem em casas de palafitas e as atividades que eles praticam são artesanato e a agricultura.

Segundo o IBGE (2010), no Brasil existem cerca de 2 milhões de ribeirinhos, em sua maioria na região norte do país, que vivem às margens dos rios brasileiros e também às margens da sociedade no que se refere ao acesso às políticas públicas e sobretudo a perda de territórios. Assim, comunidades ribeirinhas da Amazônia estão buscando maior visibilidade, questionando sua expulsão de áreas que pertenciam aos seus antepassados e que forneciam recursos naturais usados como sua principal fonte de reprodução social. Esse movimento próprio crescente dos ribeirinhos para seu autorreconhecimento caracteriza um processo de empoderamento, tendo em vista que possuem uma relação particular com a natureza, traduzida por saberes e conhecimentos sobre os ciclos naturais e os ecossistemas locais de que se apropriam. Ao mesmo tempo, é ainda uma disputa entre os atores sociais pelo socioespacial que conquistaram ao longo do tempo, sendo a recorrente disputa entre centro-periferia.

## 4 CARTOGRAFIA SOCIAL NA COMUNIDADE RIBEIRINHA AMAZONENSE

A seleção das comunidades para a aplicação das oficinas em cartografia social como ferramenta para

planejamento, gestão e reconhecimento territorial se deu a partir das comunidades que vivem ao longo das margens do rio Guaporé, no Estado de Rondônia, Brasil. Uma região sem acesso rodoviário, o que a torna mais isolada, todavia, mais preservada e considerada uma das maiores sociodiversidades e biodiversidades do mundo (GOLDSTEIN, 2012). Foi escolhida essa comunidade devido, principalmente a sua vulnerabilidade social e econômica.

No contato com os líderes de cada comunidade se percebeu que a faixa etária dos 17 aos 30 anos era quase escassa. O público idoso e infantil era preponderante. Os jovens a partir dos 17 anos deixavam suas comunidades e seguiam para os grandes centros urbanos para terem acesso às outras oportunidades. Quando chegavam às cidades, por falta de recursos, ocupavam a periferia urbana que, tal como as comunidades ribeirinhas, não tem acessos à empregos, ensino de qualidade e moradia adequada, por exemplo. Essa realidade revelam que os jovens não se sentem pertencentes aquele território, levando a certa diáspora territorial (Hall, 2001).

A cartografia social vai além da mera demarcação de territórios, materializando a história oral de comunidades, principalmente as mais vulneráveis. Além disso, é uma forma das comunidades mais vulneráveis construir suas histórias por meio de mapas artesanais, sendo possível seu acesso posterior pelas novas gerações. Durante a construção da cartografia social se buscou reunir todas as faixas etárias representativas da comunidade. A união de diversas faixas etárias na construção de um mapeamento "lúdico" pode ampliar o sentimento de pertencimento (Hall, 2001). As narrativas (Eckert, 1992) são evidenciadas sob diferentes perspectivas e valorizadas pela comunidade que constrói, reconstrói sua história a partir de memórias coletivas (Eckert, 1992).

A dinâmica do mapeamento cartográfico lúdico se faz pertinente para evidenciar os diferentes olhares e apropriações simbólicas sobre o território (Haesbaert, 2004): crianças, jovens e idosos do mesmo espaço, sendo ainda uma das riquezas do processo cartográfico. Nesse sentido, há construções sociais que levam à diversos territórios sobrepostos no mesmo espaço (Pecqueur, 2009 & Araújo Júnior, 2020). É uma produção coletiva em que o pesquisador é o mediador de uma técnica peculiar que incentiva a valorização da cultura local.

A aplicação e construção da cartografia social é realizada de forma co-participativa, sendo o pesquisador apenas um moderador que busca reconhecer o significado dos desenhos feitos com pincéis atômicos em uma folha de papel em grande formato. A cada etapa na construção do mapa, os atores sociais vão externalizando a partir da sua memória coletiva (Eckert, 1992) e vivência local o que torna a elaboração complexa e detalhada, porém, de forma lúdica e integradora. Na sequência, são aplicadas demarcações, via equipamento de GPS, a partir da localidade sugerida no mapa pelos líderes da comunidade.

Valorizam-se, assim, o território vivido de comunidades vulneráveis, expondo relações de poder entre os grupos sociais (Raffestin, 1993). Essas relações levam, no caso dos ribeirinhos, às exclusões de comunidades que ficam distantes dos centros urbanos, sendo, portanto, marginalizadas, tornando-se vulneráveis social e economicamente. As narrativas e memórias coletivas (Eckert, 1992) enfatizadas no mapeamento cartográfico social apreendem o contexto histórico-social dessas comunidades marginalizadas, levando a compreensão do espaço vivido (Pecqueur, 2009). A identidade narrativa (Ricoeur, 1991) constrói uma relação de poder na comunidade vulnerável de forma que ela própria reconheça seu valor e direito àquele espaço. Tornam-se sujeitos centrais (Ricoeur, 1994) de sua própria história de vida, apropriando-se simbolicamente do espaço produzido coletivamente (Haesbaert, 2004).

As oficinas em cartografia social nesta região proporcionaram certa valorização da identidade ribeirinha, cabocla-afro-indígena. A dinâmica proposta se desenvolveu pautada em valores socioculturais e na dinâmica sócio-histórica presente nos conhecimentos das comunidades tradicionais, como os saberes herdados das populações indígenas que habitam a região, os momentos que antecederam ao processo de colonização e a influência desses grupos até a contemporaneidade. Os indivíduos pertencentes a essas comunidades periféricas são, em sua maioria, pescadores, coletores de castanhas, agricultores, canoeiros ou subsistindo algumas dessas atividades. Foi um momento em que a comunidade se ateu a reconstruir sua narrativa identitária (Ricoeur, 1994) e fortalecer seu sentimento de pertencimento com aquele espaço (Hall, 2001).

Através da mobilização de grupos nativos, remanescentes quilombolas, foram georreferenciadas formas de uso dos lugares em que se estabeleceram e sua relação com a natureza por meio de mapeamento visual-social (cartografia social). Desde a relação com a água, seus sistemas classificatórios, cosmovisões, religiosidade, memória oral herdada, assim como a caracterização de conflitos, principais necessidades e vulnerabilidades, caracterizando um vasto patrimônio cultural mapeado pela comunidade. A participação nessas dinâmicas cartográficas é ainda um momento de encontro de diferentes gerações que experienciam a mesma realidade, porém, em distintos marcos temporais, da criança ao idoso. Ocorrem, na prática, sobreposições de territórios (Pecqueur, 2009), remetendo ao mesmo espaço.

A vida ribeirinha no Rio Guaporé, situado na divisa do Brasil e Bolívia no sul do Estado de Rondônia, estabelece relações sociais em que este recurso natural lhes traduz outro significado além de uma mero rio. Configura-se como complemento de suas vidas, oferecendo alimentos para sua subsistência enquanto o ribeirinho retorna com a sua proteção e conservação, através do modo como usam o território e, em especial, o rio. Destaca-se o manejo coletivo dos recursos locais e hídricos orientados por saberes no estabelecimento das relações sociais de trabalho e de parentesco. A relação que a comunidade tem para com o rio que lhes dá sustento é uma forma de apropriação daquele espaço (Haesbaert, 2004).

Na região de fronteira, a vulnerabilidade social é muito grande pela população ribeirinha em ambas as margens do rio, sobretudo, o lado da Bolívia em que a situação é mais vulnerável ainda. No lado do Brasil, também há problemas com a regularização das pessoas na região, ineficiência dos órgãos de competência para legalização do documento de identidade étnica, conflitos em algumas regiões entre quilombolas, indígenas e bolivianos até questões urbanas, como regularização de terrenos, por exemplo. É ainda uma forma de delimitar o território vivido, ou seja, por meio das relações de poder estabelecidas ou em construção (Raffestin, 1993).

Dentre esses problemas, a principal carência de necessidade que se notou durante a pesquisa empreendida está relacionada a atenção médica de qualidade. Essas pessoas estão constantemente expostas às doenças virais presentes no local pela

falta de soluções adequadas, como esgoto sanitário e contaminação da água dos poços. Falta saneamento básico nessas comunidades que levam a problemas de saúde. A supressão de transporte no rio também os limita em relação ao seu deslocamento em casos de emergência e para fins de comercialização. É o retrato não apenas de uma comunidade singular, mas de outras comunidades que ficam à margem da sociedade, como as comunidades urbanas menos favoráveis (favelas). São relações que geram disputas marcadas por conflitos e acordos ao longo da história de um dado território vivido (Raffestin, 1993).

Além disso, há relatos dos moradores de contaminação química na água do rio. Nesse sentido, peixes de inúmeras espécies aparecem mortos às margens dos rios, muitas vezes, oriundos do mal uso ou abuso de agrotóxicos. O cenário de impacto ambiental se caracteriza também pelo desmatamento encontrado em quase toda a extensão do rio com muitas áreas em assoreamento que se intensificam com advento do crescimento turístico da pesca irregular e exploratória na região. O panorama contribui para o fortalecimento da luta pela resistência dos ribeirinhos em seu território, que ao longo dos últimos anos, principalmente, através dos movimentos sociais, tem reproduzido forte engajamento e articulação sociais no âmbito da conservação ambiental e sociocultural direcionado ao poder público. O cenário exposto mostra que o sentimento de pertencimento (Hall, 2001) aflora em determinados momentos, em especial, quando a subsistência dessas comunidades é ameaçada.

As comunidades visitadas nesta pesquisa, em sua maioria, possuem certa representação da estrutura

social organizada e articulada, porém, informalmente. São grupos reconhecidos como quilombolas, certificados pela Fundação Quilombo dos Palmares e visam assegurar a demarcação de seus territórios originais, discussão que tem travado os principais conflitos fundiários em toda região. Grupos vulneráveis que tem suas narrativas e memórias coletivas contadas oralmente (Eckert, 1993; Ricouer, 1994).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aplicabilidade da cartografia social desenvolvida é oriunda do projeto de extensão denominado *Amazon Saviours*, coordenado pelo Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). com a participação do Instituto Kaleo, Organização Não-Governamental, e do governo do Estado de Rondônia, que disponibilizou um barco para a execução das atividades e para a hospedagem dos participantes da expedição. Aproximadamente trintas pessoas voluntárias cooperaram neste projeto cartográfico-social.

O projeto foi aplicado junto às comunidades ribeirinhas que habitam as margens do rio Guaporé, localizado na região amazônica, fronteira entre Rondônia, Brasil e Bolívia. A construção dos mapas sociais contou com colaboração de cerca de cinquenta pessoas, incluindo crianças e idosos. Ao todo foram 10 oficinas com duração de duas horas cada realizadas *in loco*, na realidade da comunidade investigada. Ao final, obteve-se a construção de 07 mapas sociais que foram georreferenciados com equipamento GPS (FIGURA 1).

Figura 1 - Projeto Amazon Saviour



Fonte: Elaborado pelos autores.

A produção dos mapas autocartográficos serviu como ferramenta de visibilidade e fortalecimento do processo de empoderamento e identidade em oito comunidades tradicionais ribeirinhas do sul de Rondônia, localizadas em Pimenteiras do Oeste, Cafetal, Rolim de Moura do Guaporé, Santo Antônio, Pedras Negras, laranjeiras e Santa Fé e Forte Príncipe da Beira, cujos representantes sociais do local são nesse caso os próprios autores (FIGURA 1). Observou-se a importância dos ecossistemas amazônicos serem reconhecidos não apenas como ambiente biológico, mas por se constituírem de relações sociais repletas de antagonismos, como um campo de lutas, em torno da apropriação e controle do patrimônio biodiverso natural.

Este tipo de mapeamento visual é uma das ferramentas utilizadas na elaboração de cartografias em comunidades de culturas tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhos). Está relacionado às atividades da “agrimensura camponesa”, na qual a comunidade é solicitada a se manifestar sobre o território em que vive. Nesta dinâmica, as comunidades constroem mapas e desenhos representando o território físico e social em que vivem (Milagres *et al*, 2010a). Compreendem-se estas culturas na perspectiva de áreas fragilizadas, vulneráveis e periféricas. Salienta-se que este estudo pode se estender ao contexto urbano nas relações em que os grupos mantêm entre si, bem como na relação entre o centro urbano e a periferia.

A memória é construída por meio da materialização da história vivida na medida em que a construção da cartografia social é elaborada pela própria comunidade duas conduções pontuais se

sucedem. A primeira trata do reconhecimento do território da comunidade a partir das suas narrativas “oficiais” daquelas transcritas e reproduzidas pelos atores políticos do Estado-Nação. A segunda, a partir da experiência vivida naquele território (Raffestin, 1993), na medida em que a construção desses mapas se sucedem e se nota a coexistência de duas percepções de um território sobreposto do mesmo espaço: uma posta e, outra, vivida (Pecqueur, 2009).

Na história das construções das cidades cercadas pelos rios, os ribeirinhos foram os precursores no uso e manutenção fluvial do território quase sempre cercados por vastas e abastadas áreas da biodiversidade com suas riquezas naturais. No entanto, após a colonização dos conglomerados urbanos, quase sempre pautados pelos rios, os ribeirinhos ficaram a par de uma sociedade organizada a partir da privilegiada prioridade dada ao espaço vivido central urbano. Dito de outra forma, a cidade se apropria do recursos naturais do território (rios, matas, etc) e explora esses recursos, excluindo aqueles que vivem e sobrevivem a partir destes. Não somente exploram o território do ribeirinho, mas interferem na construção da sua identidade cultural na medida em que, nessa relação de exploração territorial, criam mecanismos de dependência da produção do centro urbano para com o ribeirinho ou com a periferia da própria cidade.

Nesse sentido, usar a cartografia social para legitimar seu território bem como empoderar a comunidade ribeirinha a partir do seu espaço vivido, vai além de uma preservação territorial. Adentra também a manutenção da memória cultural de um



povo, fornecendo subsídio ferramental para o empoderamento social e de subsistência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo em compreender de que forma a cartografia social pode ser utilizada nas narrativas dos territórios urbanos foi alcançado nesta pesquisa. Toma-se o território como palco de conflitos em que emergem relações entre os atores sociais e em que a cartografia social pode ser utilizada como ferramenta de legitimação no espaço vivido de comunidades vulneráveis. O estudo de caso investigado foi em uma comunidade ribeirinha na Amazônia Legal, Brasil, porém, a cartografia social pode servir de instrumento de legitimação em periferias ou bairros vulneráveis no contexto das cidades. Assim, a originalidade da pesquisa se encontra em adaptar esse instrumento social cartográfico para o contexto urbano, empoderando as comunidades vulneráveis.

Os resultados encontrados retratam a valorização do espaço vivido por meio das narrativas e suas apropriações territoriais na elaboração da cartografia social. As conclusões levam ainda ao uso da cartografia social como ferramenta de construção de memórias.

Esta pesquisa contribuiu na compreensão de instrumentos urbanos para a narrativa de comunidades vulneráveis, estendendo-se ao contexto das cidades. Igualmente permitiu observar o atravessamento dos interesses de diferentes atores sociais na apropriação territorial. A cartografia social se mostra pertinente, portanto, na manifestação do território vivido em diferentes realidades. Por fim, a estratégia de mapear o território a partir de narrativas, em especial, dos mais vulneráveis, revela uma gama de possibilidades que levam à sobreposição de territórios atravessadas pelas relações entre os atores sociais. O desafio da cartografia está em incorporar a participação dos atores em prol de sua identidade e senso de pertencimento territorial, independente de ser uma comunidade de ribeirinhos ou de uma periferia urbana.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H., COLI, L. R. (2008). Disputas Cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri (org). *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR.

ALBERDI, R. (2012). *Aportes de la cartografía social al desarrollo sustentable: un enfoque desde el territorio*. Disponível em: [http://fich.unl.edu.ar/CISDAV/upload/Ponencias\\_y\\_Posters/Eje05/Alberdi\\_Ramiro/Alberdi\\_Aportes\\_de\\_la%20CartografiaSocial\\_desarrolloSustentable.pdf](http://fich.unl.edu.ar/CISDAV/upload/Ponencias_y_Posters/Eje05/Alberdi_Ramiro/Alberdi_Aportes_de_la%20CartografiaSocial_desarrolloSustentable.pdf). Acesso em: set. 2019.

ANTUNES, R. (2012). A nova morfologia do trabalho no Brasil: reestruturação e precarização. *Nueva Sociedad*, versão especial em português, p. 44-59, jun. Disponível em: [http://www.nuso.org/upload/articulos/3859\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3859_1.pdf).

Barcellos C; et al. (2008) Georreferenciamento de dados de saúde em escala submunicipal: algumas experiências no Brasil. *Epidemiol, Serv. Saúde*, V. 17, N. 1, p. 59-70. Brasília.

BOYNARD, L. M. (2010). Representações do espaço geográfico em disputa: O Movimento Negro brasileiro e as novas cartografias sociais. *Revista TAMOIOS*. Ano VI. Nº 1, p.110 a 114.

BOYNARD, L.M. (2011) Usos da cartografia anti-racismo nas lutas do movimento negro brasileiro. *Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, Costa Rica, p. 01-09.

ECKERT, C. (1992). *Une ville autrefois minière: La Grand-Combe. Étude d'Anthropologie Sociale*. Thèse de Doctorat. Université Paris V, Sorbonne. Avril.

ENNE, A. L. S.; NERCOLINI, M. (2016). Narrativas de memória e territórios inventados: a configuração das identidades e dos lugares como processos culturais. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano*, v. 8, p. 1-15.

GIL, A. C. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDSTEIN, R. A. (2012). *A cartografia na Estratégia de Saúde da Família: instrumentos para incorporação do território na Atenção Primária à Saúde*. Tese Doutorado, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2012.

GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A. (2014). Cartografia social vem se consolidando com instrumento de defesa de direitos. *Rede Mobilizadores*. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/coep/Publico/consultarConteudoGrupo.aspx?TP=V&CODIGO=C20142610482831>.

- HAESBAERT, R. (2004). *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Conferência setembro. Disponível em <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>.
- HALL, S. (2001). *Cultural identity and diáspora*. London: Harvester Wheatsheaf..
- IBGE. (2019). Portal da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=ribeirinhos>. Acesso em: ago. 2019.
- MÉO, G. D. (2001). Géographie sociale et territoires - L'identité: une médiation essentielle du rapport espace/société, *Géocarrefour*, V. 77, N 2, p. 175-184.
- MILAGRES, C. S. F. et al. (2011). Princípios de Cartografia Social em Diagnósticos Participativos em Projetos de Reforma Agrária. Aveiro, Portugal, IV Congresso de Estudos Rurais, *Sociedade de Estudos Rurais*, fevereiro .
- MOORE, E.; GARZÓN, C. (2010). Social Cartography: The Art of Using Maps to Build Community Power. *Race, Poverty & the Environment*. Fall, 2010.
- PECQUEUR, B. *A guinada territorial da economia global*. Política & Sociedade, n. 14, p. 79-105, abr. 2009.
- POLAK, M. (2012). *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, V. 5, N. 10.
- RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. Editora Ática, São Paulo, 1993.
- RICOEUR, P. (1994). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- VELHO, G. (1994). Memória, identidade e projeto In: VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 97-113.
- YIN, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman